

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Ensino de História da África

Sonália da Silva Alexandre

**NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO: UMA ANÁLISE DO LIVRO
DIDÁTICO “HISTÓRIA: ESCOLA E DEMOCRACIA”**

Rio de Janeiro
2020



Sonália da Silva Alexandre

**NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO
“HISTÓRIA: ESCOLA E DEMOCRACIA”**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Orientador Professor Dr. Higor Figueira Ferreira.

Rio de Janeiro
2020

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

A382 Alexandre, Sonália da Silva

Narrativas da Abolição: uma análise do livro didático “História: escola e democracia” / Sonália da Silva Alexandre. - Rio de Janeiro, 2020.

36 f.

Artigo (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Higor Figueira Ferreira.

1. História da África – Estudo e ensino. 2. Escravidão - Brasil. 3. Brasil – História – Abolição da escravidão, 1988. 4. Livro didático. I. Ferreira, Higor Figueira. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 960

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692

Sonália da Silva Alexandre

**NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO
“HISTÓRIA: ESCOLA E DEMOCRACIA”**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Pós-graduação, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Aprovado em: 22 / 12 / 2020.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Higor Figueira Ferreira (Orientador)
Colégio Pedro II

Professor Dr. Paulo Antônio Barbosa Fernandes
Colégio Pedro II

Professor Dr. Gabriel da Fonseca Onofre
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Rosinéa da Silva Alexandre e Antônio Carlos Leandro Alexandre, por todo apoio, amor e dedicação, sem eles nada disto seria possível.

À minha irmã, Nádia da Silva Alexandre, minha maior incentivadora. Obrigada pelo carinho e por acreditar em mim.

Aos meus amigos, por compartilharem todos os momentos dessa trajetória.

Ao meu orientador, o Professor Dr. Higor Figueira Ferreira, por toda dedicação e paciência. Obrigada por me orientar na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso e por ter me dado a oportunidade de crescer profissionalmente.

Aos Professores da Especialização de Ensino de História da África do Colégio Pedro II, por compartilharem saberes, trocas e experiências que contribuíram e muito para minha formação. Obrigada!

NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO “HISTÓRIA: ESCOLA E DEMOCRACIA”

Sonália da Silva Alexandre

Resumo:

A abolição da escravatura é um tema importante que suscita reflexões a respeito do protagonismo social e político dos sujeitos escravizados, bem como da população livre de cor no contexto do pós-emancipação. Com a promulgação da lei 10.639/2003, houve uma intensificação dos debates e de propostas que versam sobre as temáticas da escravidão, da abolição e do período pós-abolição com o intuito de promover o reconhecimento e a valorização da diversidade sociocultural africana e afro-brasileira. Este artigo tem como objetivo identificar e analisar de que maneira o livro didático “*História: escola e democracia*”, uma das coleções aprovadas pelo PNLD 2020, mobiliza narrativas em torno de atores e discursos sociais envolvidos com a questão abolicionista. Neste sentido, procuramos igualmente investigar se estas narrativas têm conferido maior protagonismo aos sujeitos escravizados e às comunidades negras de um modo geral. A análise fundamenta-se na pesquisa qualitativa e tem como referencial metodológico o conceito de *representações sociais* de Roger Chartier. Para fins de pesquisa, elegemos como fonte o livro didático por ser uma das principais ferramentas utilizadas por alunos e professores no cotidiano escolar para a transmissão de conhecimentos sistematizados.

Palavras-chave: História Africana e Afro-brasileira, Abolição, Escravidão, Livro Didático.

ABOLITION NARRATIVES: AN ANALYSIS OF THE TEACHING BOOK “HISTORIA: ESCOLA E DEMOCRACIA”

Abstract:

Slavery abolition is an important issue that raises reflections about the political and social agency of enslaved and of the free black population in the context of post-emancipation. With the enactment of Law 10,639/2003, there was an intensification of debates and proposals that deal with the themes of slavery, abolition and post-abolition period in order to promote the recognition and appreciation of African and Afro-Brazilian socio-cultural diversity. This article aims to identify and analyze how the textbook “*História: escola e democracia*”, one of the collections approved by PNLD 2020, mobilizes narratives around actors and social discourses involved with the abolitionist issue. In this sense, we also seek to investigate whether these narratives have given greater prominence to enslaved subjects and to black communities in general. The analysis is based on qualitative research and has as a methodological framework the concept of social representations by Roger Chartier. For research purposes, we chose the textbook as the source as it is one of the main tool used by students and teachers in the school routine for the transmission of systematized knowledge.

Keywords: African and Afro-brazilian History, Abolition, Slavery, Textbook.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as narrativas a respeito da luta abolicionista¹ presentes no livro didático “História: escola e democracia” do 8º ano, obra produzida por Flávio de Campos², Regina Claro³ e Miriam Dolhnikoff⁴, publicada em 2018 pela editora Moderna. A publicação está presente na lista das obras aprovadas pelo PNLD 2020⁵, atendendo as determinações legais e os princípios norteadores do edital nº01/2018.⁶

A investigação terá como foco o livro do 8º ano do Ensino Fundamental visto que os temas referentes à escravidão e à abolição fazem parte do conteúdo curricular abordados nesta etapa do Ensino Básico. Para a análise, estabelecemos como recorte temporal a segunda metade do século XIX, momento em que ocorreu uma verdadeira explosão pública dos debates em torno dos temas da emancipação, abolição e modelos de inserção dos segmentos cativos e seus descendentes nos limites da sociedade brasileira durante a vigência do sistema escravista, bem como no pós-abolição.⁷

O estudo fundamenta-se na pesquisa qualitativa e tem como referencial metodológico o conceito de *representações sociais* de Roger Chartier (2002). Segundo o autor,

¹ Por luta abolicionista entendemos todo o conjunto de ações cujo propósito tenha sido o de “pavimentar caminhos que de algum modo puderam alargar as chances e as experiências de liberdade daqueles que se encontravam em condição escrava, ou mesmo que sofriam do estigma da cor e do seu próprio passado, ainda que não sujeitos ao cativeiro.” FERREIRA, Higor Figueira. Em tintas negras: educação, ensino e a trajetória de Pretextato dos Passos e Silva na Corte Imperial -- novas evidências. Revista ABPN, v. 10, p. 26-42, 2018.

² Bacharel e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em História em História Social e Doutor em Ciências na área de História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Doutor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Coordenador científico do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (Ludens-USP). Autor de livros didáticos e paradidáticos.

³ Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências na área de História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve projetos de capacitação para professores da rede da rede pública na temática História e Cultura Africana e Afro-americana em atendimento à lei 10.639/03. Autora de livros didáticos e paradidáticos.

⁴ Bacharel e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora em Ciências na área de História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora e Doutora do Departamento de História e do curso de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Autora de livros didáticos e paradidáticos.

⁵ De acordo com o Guia Digital do PNLD 2020, foram avaliadas 13 obras do componente curricular História, das quais 11 foram aprovadas para serem escolhidas e utilizadas pelas escolas públicas nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) no quadriênio 2020-2024. O Guia Digital do PNLD 2020 com a lista de obras aprovadas pode ser consultado em: https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_pnld2020-historia.pdf.

⁶ Edital de convocação n.01/2018 convocação do Programa Nacional 2020 (PNLD). Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/informe-pnld>

⁷ A partir da Assembleia Constituinte de 1823, os debates sobre o fim do tráfico e da abolição da escravidão ganharam relevância. As discussões pautavam-se nos projetos de construção da nação e do povo brasileiro perpassando pelas ideias de liberdade e cidadania. Segundo Jaime Rodrigues (2009, p. 307), a “composição do “povo” brasileiro passava pela definição do estatuto de cidadania dos trabalhadores” recém-libertos, posteriormente limitada pela Constituição de 1824. O Estado brasileiro ao tentar preservar os interesses da classe senhorial optou pela emancipação gradual.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade às custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se anunciam em termos de poder e dominação (CHARTIER, 2002, p. 17).

Partindo desse pressuposto, buscamos trazer reflexões acerca do processo da abolição e do pós-abolição descritas no livro didático selecionado a fim de compreender como essas narrativas foram construídas e representadas na tentativa de conferir maior visibilidade e protagonismo aos sujeitos escravizados em suas experiências.

A escolha do livro didático como fonte de pesquisa justifica-se pelo fato de este ser um dos principais instrumentos pedagógicos mobilizados por professores, alunos e famílias no contexto da experiência escolar, o que o torna um objeto central no processo de transmissão de conhecimentos sistematizados (BITTENCOURT, 2008). Sendo assim, pensar a respeito do livro didático, bem como de suas narrativas, acaba sendo uma forma de se refletir a respeito do poder formativo da escola e da sua capacidade de investir os alunos de saberes que poderão forjá-los e perpassá-los ao longo de sua existência.

Quanto ao mais, vale por fim destacar que este trabalho pretende se inserir dentro de um contexto de produções que pretendem provocar reflexões a respeito da prática da Lei 10.639/2003⁸ a qual instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Com efeito, dadas as realidades que se impõe no cotidiano escolar, e em meio à sociedade brasileira como um todo, torna-se mais do que evidente a necessidade de contribuir na construção de uma educação intercultural e democrática.

O LIVRO DIDÁTICO E O SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DE SABERES

Conforme destacado, os livros didáticos estão entre os principais instrumentos pedagógicos utilizados no contexto escolar por professores e alunos (BITTENCOURT, 2008). Sendo assim, antes de nos determos propriamente na fonte especificamente analisada, consideramos que seja relevante promover alguns breves apontamentos a respeito tanto do

⁸ BRASIL. **Lei 10.639, de 9 janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 ago. 2020.

papel exercido pelo Estado brasileiro no processo de seleção dos livros que poderão ser utilizados nas escolas, quanto do papel geral desempenhado por essas obras didáticas no fazer pedagógico e na sistematização dos conteúdos trabalhados nas salas de aula.

No Brasil, o processo de seleção dos materiais didáticos que serão distribuídos nas escolas da rede pública passa pela avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático -PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (BRASIL, 2017, p. 7).

Com a criação do PNLD em 1985 e a avaliação das obras didáticas a partir de 1996, as coleções passaram a adquirir novos “contornos” e configurações para atender aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), segmento responsável por aferir a qualidade dos livros e inseri-los na lista de obras anuídas. Todo o processo é realizado por avaliadores contratados. As obras didáticas inscritas devem ser avaliadas segundo critérios eliminatórios comuns e específicos⁹. Após findado tal processo, a compra e a distribuição dos materiais selecionados são realizadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O FNDE organiza toda a logística e o processo de provimento e remanejamento dos livros às escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual, municipal e distrital. Além disso, ele também assume a responsabilidade de distribuir livros às instituições de educação infantil de natureza comunitária, confessional ou filantrópica sem fins lucrativos e conveniadas ao Poder Público por meio do cadastro no censo escolar (BRASIL, 2018).

De acordo com o mais recente edital emitido pelo programa do PNLD 2020, as coleções submetidas à avaliação devem garantir que o material encaminhado às escolas apresente boa

⁹ Conforme disposto no Anexo III do Edital do PNLD 2020 (Edital 01/2018), as obras didáticas submetidas ao processo seletivo devem atender a um conjunto de critérios eliminatórios comuns (1. Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação; 2. Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano; 3. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica; 4. Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos; 5. Adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor; 6. Observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita; 7. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico; 8. Qualidade do texto e a adequação temática) e critérios eliminatórios específicos (a. Consistência e coerência entre os conteúdos e as atividades propostas e os objetos de conhecimento e habilidades constantes na BNCC; b. Contemplação de todos os objetos de conhecimento e habilidades constantes na BNCC. Serão excluídas as obras que não contribuir adequadamente para o desenvolvimento de todas as competências gerais e competências específicas das áreas de conhecimento, constantes na BNCC). A não observância de alguns desses critérios resulta na incompatibilidade com os objetivos estabelecidos para o Ensino Fundamental – Anos Finais e, conseqüentemente, a exclusão do certame. Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020/componente-curricular/pnld2020-historia

qualidade¹⁰. Sendo assim, para que as coleções sejam aprovadas e, conseqüentemente, adquiridas, as editoras procuram conciliar – ao menos em alguma medida – os interesses de agentes públicos e privados – nisto incluso docentes e discentes, o que acaba não apenas agitando ainda mais o mercado editorial, mas dele exigindo a capacidade de articular algumas das diferentes aspirações políticas e educacionais desses agentes.

Em vista do exposto, podemos notar que existe todo um conjunto de interesses em torno da produção e seleção destes materiais. Esse dado não deve ser visto com qualquer estranhamento, afinal, dado o lugar que os livros ocupam na dinâmica escolar, é de se imaginar a existência de uma série de disputas em torno do seu conteúdo e narrativas. Posto desta maneira, torna-se notório que os livros didáticos são instrumentos centrais e politicamente potentes no que diz respeito à produção e reprodução de conhecimentos, interpretações e críticas de natureza histórica, o que tende a movimentar o campo político nas salas de aula e para além delas.

Avançando especificamente nos aspectos pedagógicos, o livro de História pode ser analisado a partir dos seguintes fatores: forma, conteúdo histórico escolar alinhado às propostas curriculares e à produção historiográfica e conteúdo pedagógico. Por possuir um caráter pedagógico bem definido, o livro didático pode agregar na própria concepção de aprendizagem ao oferecer possibilidades múltiplas e desafiadoras o que vai além da dimensão limitadora de depositário de conteúdos e ferramenta auxiliar. Atentamos para o fato de a escolha do material didático assumir um caráter político e estratégico que abarca o comprometimento do professor e da comunidade escolar perante a formação do aluno.

A TEMÁTICA DA ABOLIÇÃO E DO PÓS-EMANCIPAÇÃO EM SALA DE AULA

A lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas presentes em todo o território nacional, é resultado de uma conquista histórica do movimento negro brasileiro em articulação com diferentes setores da sociedade civil (PEREIRA, 2017).

Em face a tal promulgação da lei, a expectativa estabelecida é a que o ensino de História possa estar cada vez mais assentado em uma perspectiva de valorização cultural e histórica da África e dos afrodescendentes na formação da sociedade brasileira. Sendo assim, caberia aos docentes mobilizar discussões que rompessem com determinadas perspectivas que investem na

¹⁰ O PNLD 2020 fez uso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento norteador. Sendo assim, espera-se que os materiais didáticos possam articular a promoção de conhecimento com o desenvolvimento de habilidades e competências.

concepção de que os povos africanos, ou mesmo os seus descendentes, são intelectualmente incapazes e naturalmente subalternos, o que, em alguns casos, é usado até mesmo como argumento legitimador do escravismo.

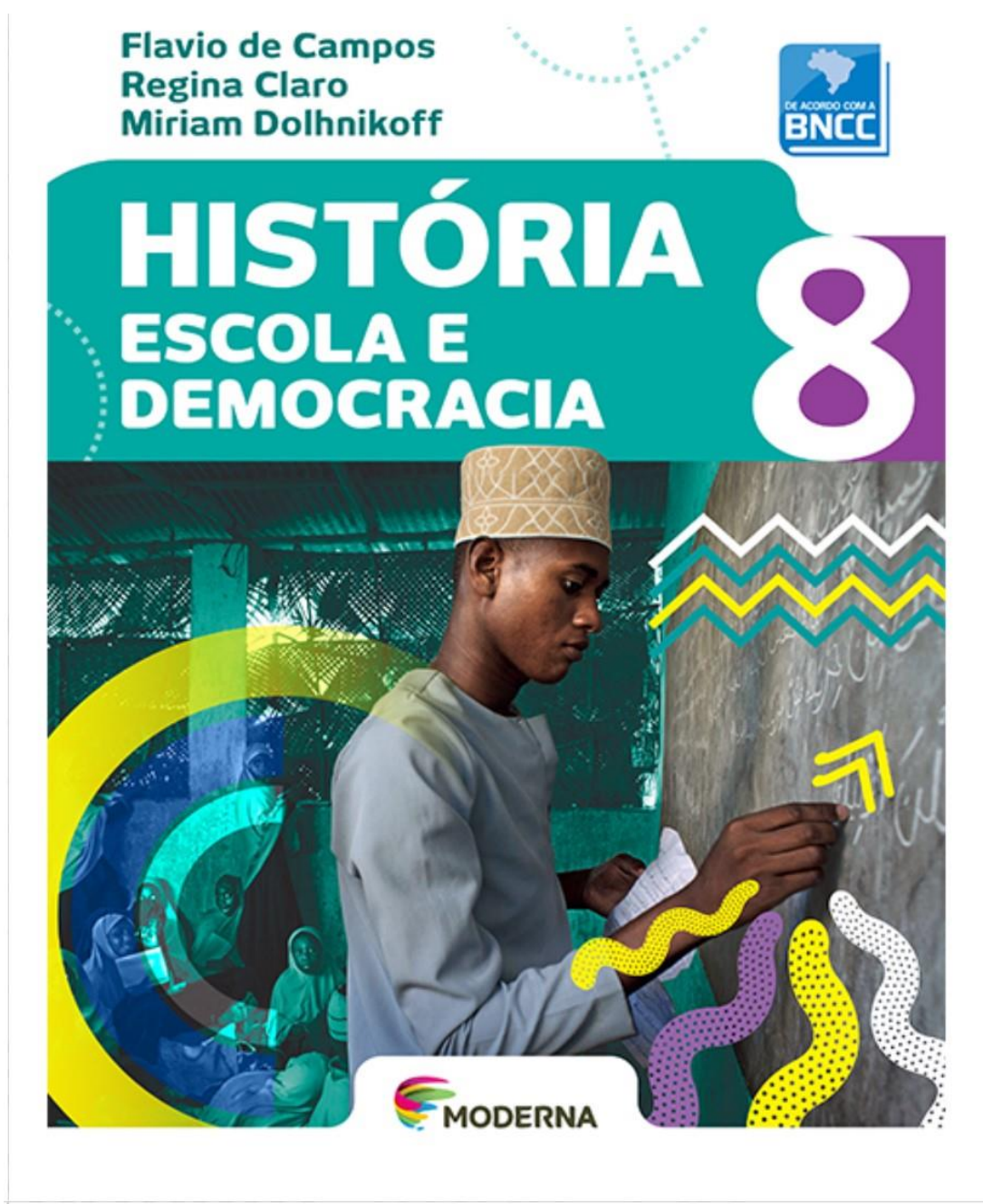
Em outras palavras, o papel exercido pelos professores seria o de suscitar visões que procurem reconhecer os indivíduos negros – em condição escrava, forra ou livre – enquanto agentes dotados de protagonismo e aptos a conferir sentido e significado as suas próprias vidas, o que tende a contribuir na desconstrução de uma série de estereótipos e preconceitos que costumam permear a nossa sociedade e a contaminar as interpretações históricas concernentes ao passado e ao presente brasileiros.

Do ponto de vista da temática abolicionista, essa mudança de abordagem tende a possibilitar a construção de narrativas escolares mais atentas ao papel exercido pelos indivíduos comuns na luta pela liberdade, o que tende a ser algo bastante enriquecedor à sala de aula.

NARRATIVAS DA ABOLIÇÃO E DO PÓS-EMANCIPAÇÃO: O LIVRO DIDÁTICO EM ANÁLISE

Conforme previamente indicado, o livro o qual trabalharemos será “História: escola e democracia” dos autores Flávio de Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff publicado no ano de 2018 pela Editora Moderna.

Figura 1 - Capa do livro História: escola e democracia



Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História: escola e democracia**. 8º ano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018.

Nesta pesquisa, priorizamos o livro do 8º ano do Ensino Fundamental, uma vez que o tema da abolição faz parte dos conteúdos curriculares que devem ser trabalhados nesta etapa da Educação Básica.

Por meio desta coleção, os autores pretendem

[...] oferecer uma obra aberta, cuja intenção é contribuir para o processo de formação dos estudantes do Ensino Fundamental II sem considerá-los meros receptores de

informações e definições. Assim, tentamos valorizar suas experiências, seus repertórios culturais e suas referências sociais no desenvolvimento dos mais diversos conteúdos conceituais da programação curricular desse segmento de Ensino (CAMPOS; CLARO; DOLHKINOFF, 2018, p. V).

Segundo as considerações presentes no Manual do Professor, a coleção busca uma diversificação do “olhar” ao desenvolver possibilidades múltiplas que superem uma explicação linear da história. O material traz reflexões sobre os principais debates referentes ao campo do Ensino de História. No que diz respeito à História da África, os autores destacam que “a inclusão da temática africana deve ser vista como uma *continuidade* [grifo do autor] das lutas e resistências dos povos da África e dos africanos escravizados na América.” (CAMPOS; CLARO; DOLHKINOFF, 2018, p. VIII).

Para a análise, evocamos o conceito de *representações sociais* de Roger Chartier (2002) o qual estabelece uma relação entre o real e a imagem aproximada do objeto ausente. Neste sentido, buscamos compreender como as narrativas sobre a abolição e o pós-abolição estão sendo representadas no livro didático selecionado, entendendo que esta representação não objetiva traçar um retrato “fiel” da realidade de determinado evento histórico ou grupo social, mas sim a construção de uma “imagem”, a sua representação, com intencionalidades subjetivas ou coletivas daqueles que a constroem.

A investigação se fundamentará no capítulo 12 intitulado “*O Segundo Reinado e a Proclamação da República*”¹¹ no qual serão discutidos alguns temas como o fim da escravidão e as políticas de emancipação, o movimento abolicionista e a abolição, além de aspectos culturais como a dança e a política do branqueamento no pós-abolição. O capítulo analisado possui 32 páginas no total (p. 234-266), organizado em 4 tópicos e 26 subtópicos como podemos observar no sumário abaixo.

¹¹ O Segundo Reinado teve início em 1840 com o Golpe da Maioridade de Dom Pedro II, coroado Imperador aos catorze anos de idade, encerrando-se em 1889 com a Proclamação da República. Com a antecipação da maioridade do Imperador, esperava-se o fim dos conflitos internos, em especial os movimentos separatistas que ameaçavam a unidade nacional como assistimos no período Regencial. A relação de desgaste com as elites políticas e econômicas, a Igreja e o Exército levariam à queda do Regime Monárquico. Em novembro de 1889, as relações entre o Exército e o governo imperial estavam deterioradas. A agitação dos quartéis ganhava as ruas. Após a iniciativa de Marechal Deodoro da Fonseca, uma das lideranças do Exército, é proclamada a República. Apesar do movimento republicano não ser uma novidade, a quartelada de 15 de novembro não contou com a participação popular, “o povo assistiu bestializado”.

Figura 2 – Sumário do livro História: escola e democracia

<p>Expansão territorial, 205 Cuba, 206 A Libéria: os negros para a África, 207 Quebra-cabeça, 207 <i>Leitura complementar: Carta do Chefe Seattle ao presidente dos EUA, 208</i> <i>Ponto de vista: Pais fundadores, 210</i> <i>Permanências e rupturas: [Um presidente negro no país da Ku Klux Klan], 211</i> Tréplica, 211</p> <p>Quadros do capítulo Povos da Planície, 193 • Futebol americano: um jogo de conquista de território, 197 • <i>Black music: work songs, spirituals e blues</i>, 204 • O jogo de beisebol, 206</p> <p>11 A Segunda Revolução Industrial e o imperialismo Portas abertas, 212 A velocidade da Revolução, 214 As maravilhas tecnológicas, 214 A invenção da fotografia e do cinema, 216 A cidade industrial, 218 O imperialismo, 219 O imperialismo na Ásia: Índia e China, 219 Negócios da China, 220 Franceses na Indochina, 220 No coração da África, 221 A busca da nascente do Rio Nilo, 221 Stanley e os interesses da Bélgica, 222 A Conferência de Berlim, 223 Tragédias africanas, 223 A Partilha da África, 224 Cabo de guerra, 224 <i>Em destaque: Lendas do mundo moderno: o darwinismo social, 226</i> O impacto da dominação, 227 A dominação cultural, 227 Modernidades europeias, 228 Resistências africanas, 229 A Etiópia independente, 230 Quebra-cabeça, 231 <i>Leitura complementar: Montanha-russa, 232</i> <i>Ponto de vista: Imperialismo britânico, 232</i> <i>Permanências e rupturas: Tragédias e conflitos africanos, 233</i> Tréplica, 233</p> <p>Quadros do capítulo Thomas Edison, o gênio da lâmpada, 215 • Brinquedos industriais, 218 • As sociedades geográficas, 221</p> <p>12 O Segundo Reinado e a proclamação da República Portas abertas, 234 A estabilidade política, 236 Violências e fraudes, 236 Empregos e clientelismo, 237</p>	<p>A Inglaterra contra o tráfico negreiro, 238 O fim do tráfico, 239 A Lei do Ventre Livre, 239 Os movimentos abolicionistas, 240 O abolicionismo popular, 240 Cometas e caifazes, 241 A abolição da escravidão, 242 O corpo e a alma do Brasil, 242 Os corpos e a dança, 243 O maxixe, 243 Música de salão, 243 A expansão cafeeira e a modernização, 245 Rede ferroviária, 245 A mecanização, 246 Novos negócios, 246 Os novos trabalhadores, 247 Trabalhadores brasileiros, 247 Os imigrantes europeus, 248 Duas políticas imigratórias, 249 O branqueamento da nação, 250 A Lei de Terras de 1850, 250 Imigrantes esquecidos, 251 Imigração financiada, 251 Tensões na região do Prata, 252 A Guerra Grande de 1839, 253 Os interesses do governo paraguaio, 253 A Guerra do Paraguai, 254 O Exército brasileiro, 255 A crise do Regime Monárquico, 256 Os militares e a crise, 257 A Questão Militar, 258 O regionalismo paulista, 259 O federalismo, 260 O movimento republicano, 260 Radicais e moderados, 261 <i>Em destaque: Repúblicas: elites e movimentos populares, 262</i> Quebra-cabeça, 264 <i>Leitura complementar: [Escravidados], 264</i> <i>Ponto de vista: Alegoria da República, 265</i> <i>Permanências e rupturas: Missão no Haiti/Diplomacia da bola/Lula chama soldados brasileiros no Haiti de "craques", 266</i> Tréplica, 266</p> <p>Quadros do capítulo Ao som das mulheres, 244 • Artes, letras e saberes negros, 244 • Política indigenista, 252 • Rei Obá II da África, 255 • As terras dos Guarani, 256 • O jogo da esgrima, 257 • Conservadores e liberais, 260</p> <p>Índice remissivo, 267 Referências bibliográficas, 270</p>
---	---

Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História: escola e democracia**. 8º ano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 11.

O texto principal é intercalado por seções fixas, cujos títulos fazem referência a jogos ou a termos mais coloquiais (Quebra-cabeça, Jogo aberto, Bate-papo), o que revela a intenção dos autores de se aproximar do público discente por meio de elementos lúdicos.

Na apresentação do capítulo (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2018, p. 234-235), encontramos imagens que mostram escravizados e trabalhadores imigrantes nas fazendas entre os séculos XIX e XX.

Figura 3 – Imigrantes europeus em colheita de café em Araraquara, c. 1900



Imigrantes europeus em colheita de café. Araraquara, c. 1900.

Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História**: escola e democracia. 8ºano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 234.

Figura 4 – Caravana de comércio, c. 1835



Caravana de comércio, Johann Moritz Rugendas. Litografia colorida, c. 1835.

Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História**: escola e democracia. 8ºano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 234.

Figura 5 – Plantação chinesa de chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, c. 1835p. 235:



Plantação chinesa de chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Johann Moritz Rugendas. Litografia colorida, c. 1835.

Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História**: escola e democracia. 8ºano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 235.

Figura 6 – Partida para colheita do café, 1885



Partida para a colheita do café, Marc Ferrez. 1885.

Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História**: escola e democracia. 8ºano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 235.

Como podemos observar, as imagens presentes nas páginas 234 e 235 retratam tempos históricos distintos apresentados sem uma linearidade cronológica. Os autores destacam a convivência de diferentes grupos de trabalhadores na produção agrícola. A partir das imagens, é possível identificar os diferentes tipos de trabalho, trazendo uma reflexão sobre a transição da mão de obra escrava para a assalariada no final do século XIX e início do XX ao retratar cenas cotidianas, bem como a presença de diferentes grupos.

O material sugere o trabalho com fontes e atividades diversificadas, o que constitui um ponto bastante positivo. Na seção *Portas Abertas*, localizada na página inicial do capítulo (p. 234), a atividade apresentada funciona como um roteiro prévio sobre o que será discutido no decorrer do capítulo.

Figura 7 – Atividade Portas Abertas

PORTAS
ABERTAS

OBSERVE AS IMAGENS

1. No seu caderno, identifique: o suporte, a data, o lugar e o tipo de trabalhador apresentados em cada uma das imagens.
2. Esclareça a convivência desses diferentes tipos de trabalhadores na produção agrícola do século XIX.
3. Todas essas imagens podem ser consideradas documentos históricos? Justifique sua resposta.

Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História**: escola e democracia. 8º ano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 234.

Na abertura do texto os autores ressaltam que, embora forjado por uma suposta estabilidade, o Segundo Reinado foi marcado por diversas transformações sociais dentre as quais, a mais importante, teria sido o fim da escravidão.

No tópico “*O fim do trabalho escravo no Brasil*” (p. 237), o livro destaca que com a Independência em 1822, a realidade social dos escravizados não se alterou. Entretanto, o debate sobre a abolição passou a ganhar cada vez mais espaço entre a elite branca a qual começava a questionar a instituição escravidão. Os autores citam a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva¹², figura responsável por apresentar um projeto à Assembleia Constituinte reivindicando o fim da escravidão e a emancipação gradual dos escravizados. Os autores reforçam que a abolição da escravidão defendida por José Bonifácio não tinha um caráter humanitário e expõem as supostas motivações que o teria levado a se engajar na causa abolicionista.

As razões principais apresentadas por José Bonifácio não tinham caráter humanitário. Ele não queria o fim da escravidão porque se compadecia da sorte dos negros mantidos em cativeiro. Sua preocupação era com a própria elite branca, da qual fazia parte. Para ele, a escravidão era um mal porque representava uma ameaça para a manutenção da ordem, já que os escravizados estavam sempre prontos a se rebelar contra seus senhores. Além disso, a escravidão impediria o desenvolvimento econômico porque os trabalhadores assalariados seriam mais produtivos e alimentariam o mercado interno (o consumo). Por fim, a escravidão tornava impossível a implementação de uma civilização no Brasil aos moldes europeus (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 237).

O texto enfatiza que apesar de alguns integrantes da elite dirigente apoiarem o fim da escravidão e o projeto de branqueamento pela imigração europeia, grande parte não queria abrir mão do trabalho escravo por ser uma prática comercial bastante lucrativa. Os autores destacam que mesmo após a tentativa de abolir o tráfico negreiro no ano de 1830, por meio da Lei Feijó,

¹² Nasceu em Santos (SP) em 13 de junho de 1763, filho de Bonifácio José Ribeiro de Andrada e Maria Barbara da Silva. José Bonifácio pertencia a uma família tradicional de comerciantes de grande prestígio político na capitania de São Paulo. Estudou gramática, retórica e filosofia. Em 1783, ingressou na Universidade de Coimbra, frequentou os cursos de leis, matemática e filosofia natural, bacharelando-se em filosofia e leis em 1787. Em 1790, mudou-se para Lisboa e a convite do governo português realizou viagem científica por França, Itália, Alemanha, Dinamarca, Holanda e Suécia. Viajou ao lado dos acadêmicos Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Joaquim Pedro Fragoso, tendo realizado estudos nas áreas de química, mineralogia, geologia, exploração mineira e metalurgia. Em 1800, retornou a Portugal sendo nomeado professor da cadeira de metalurgia, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, dando início à carreira na administração portuguesa assumiu os cargos de: Intendente-geral das Minas e Metais do Reino (1802); Desembargador da Relação do Porto (1805); Superintendente das Obras do Rio Mondego e das Obras Públicas de Coimbra; Diretor das Obras de Encanamento e dos Serviços Hidráulicos; e Provedor da Finta de Magalhães (1807). Em 1812, tornou-se secretário da Academia das Ciências de Lisboa. Em 1819, retornou ao Brasil, ingressando no cenário político durante o conturbado processo de independência, integrando a Junta Provisória de São Paulo em 1821. Apesar da alcunha de “patriarca da independência”, defendeu a integridade do Reino Unido, numa monarquia dual, posicionando-se próximo aos proprietários de terras, traficantes de escravos e funcionários administrativos. Na Assembleia Constituinte de 1823, José Bonifácio defendeu a adoção de leis emancipacionistas graduais como o único meio de garantir a formação de uma nação “civilizada”, proposta esta que foi rejeitada. Com a expansão cafeeira entre 1820-1840, que exigia mais mão de obra de escravizados, e a importação em larga escala de africanos em 1850, o gabinete conversador liderado por Eusébio de Queiroz sancionou uma lei que proibia o tráfico internacional de escravizados. As disputas entre as diferentes facções políticas pelo projeto de nação trouxeram forte oposição ao seu nome, o que o levaria a romper com o imperador, sendo demitido do ministério que presidia em 16 de julho de 1823. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/431-jose-bonifacio-de-andrada-e-silva>

o número de escravizados voltou a crescer com o apoio do próprio Estado brasileiro, autor da legislação, fato este que demonstra a atuação do Império em resguardar os interesses das classes dirigentes.

Nos primeiros anos de vigência do tratado e da nova lei houve grande queda no número de africanos trazidos para o Brasil. No entanto, os traficantes conseguiram driblar a repressão inglesa. A forte demanda por escravizados, principalmente na cafeicultura, deu fôlego aos traficantes para manter o tráfico ilegal. Assim, em meados da década de 1830 o volume de escravizados trazidos da África voltou a crescer, com o apoio do governo brasileiro (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 238).

À medida que as pressões inglesas e a adesão da elite letrada aos movimentos em prol da abolição se intensificavam, o Estado brasileiro, temendo uma revolta aos moldes da Revolução Haitiana¹³, passou a adotar uma série de políticas emancipacionistas como a Lei Eusébio de Queiroz e a Lei do Ventre Livre. Os autores destacam que, ao aprovar estas leis, o Império procurava resguardar os interesses dos grandes fazendeiros propondo uma emancipação gradual, visto que o fim da escravidão era algo inevitável. Deste modo,

[...] o governo brasileiro optou por assumir a iniciativa de conduzir o processo de abolição da escravidão, já que ela parecia inevitável. Tomou o cuidado de optar por um caminho que fosse menos agressivo aos grandes proprietários, em especial para os cafeicultores. (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 239).

Além dos movimentos abolicionistas formados por “jornalistas, advogados, estudantes e comerciantes” organizados em sociedades secretas, o texto ressalta que a “insatisfação da população livre e pobre incendiava as ruas e dava ao movimento um caráter popular” (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 240). Ao destacar a insatisfação da população livre e pobre, os autores retomam o debate sobre a participação popular no processo da abolição buscando ampliá-lo. As pressões de diversos grupos sociais, incluindo escravizados e recém-libertos, somadas aos fatores internacionais foram fundamentais para o fim da escravidão.

Após suscitarem o debate sobre as leis emancipacionistas e o movimento abolicionista, no subtópico “*Abolicionismo Popular*” (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 240), os autores fazem menção a personalidades negras importantes pertencentes aos setores populares que lutaram pela causa abolicionista como Luíz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças. Neste trecho, ao destacar figuras negras importantes engajadas na luta emancipacionista, a obra procura enfatizar a atuação desses sujeitos históricos ao narrar suas experiências.

¹³ O processo que culminou na Independência do Haiti em 1804 causou grande temor na classe senhorial brasileira, em especial na cidade do Rio de Janeiro **cuja** metade da população aproximadamente era constituída por escravizados e libertos durante a primeira metade do século XIX. Segundo Chalhoub (1988, p. 88), o “fantasma fundamental aqui era o Haiti, com o seu exemplo assustador de uma rebelião negra que resultara na tomada do poder”.

O texto também destaca os movimentos populares dos jangadeiros, que acabou resultando no fim da escravidão na província do Ceará em 1884, e dos cometas e caifazes que auxiliavam os escravizados na fuga das fazendas. Ao destacar a participação popular nos movimentos em prol da abolição, a obra trabalha sob a perspectiva de uma história múltipla, plural.

A atuação desses militantes mais radicais contribuiu para criar um clima favorável à abolição. A intensificação das fugas e a impressão de desordem social aumentavam o temor de revolta e a opinião entre proprietários de que era melhor abrir mão dos escravizados (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 241).

Referente à abolição da escravidão, o texto afirma que a escravidão no Brasil foi abolida em 13 de maio de 1888. A Princesa Isabel é apenas mencionada como signatária da Lei Áurea, não recebendo roupagens de redentora. Além disso, o texto enfatiza que a abolição da escravidão não representou uma mudança significativa para os recém-libertos os quais não foram socialmente contemplados pelo Estado brasileiro.

Pressionado pela intensa campanha abolicionista e já tendo no imigrante italiano um substituto satisfatório para o escravizado nas fazendas de café, o governo brasileiro decretou o fim da escravidão sem promover nenhuma das reformas defendidas pelos líderes abolicionistas. Os escravizados foram libertados, mas não receberam nenhum auxílio para garantir sua sobrevivência como homens livres. Foram simplesmente abandonados a sua própria sorte (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 242).

No subtópico “*O Corpo e a Alma do Brasil*” (p. 242), os autores fazem uma analogia à célebre frase do Padre Antônio Vieira “O Brasil tem o corpo na América e a alma na África” para destacar as nossas raízes africanas e reforçar nossos laços identitários, sem minimizar o fato de que esta relação foi pautada na violência imposta pelo cativo. Segundo os autores,

A história dessa vinculação tem origem no século XVI. Ligação cultural, social, econômica e populacional, marcada pela exploração brutal de seres humanos através do tráfico negreiro e da escravidão. Marcada por resistências sociais, por movimentos políticos e por combinações culturais (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 242).

Apesar das tentativas de afastamento dos aspectos culturais africanos por parte da elite branca brasileira, que tinham os olhos voltados para a Europa, “a cultura africana continuaria a existir e a ecoar na capoeira, na música, na alimentação, nos lindos penteados, na língua. Ou seja, produzindo uma cultura popular que, apesar das tentativas de branqueamento, é verdadeiramente mestiça” (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 242).

Ainda sobre os aspectos culturais, no subtópico “*Os corpos e a dança*” (p. 243), o texto faz referência à ritmos africanos como o maxixe e o lundu, e como esses influenciaram na música “tocada e dançada nos salões, por brancos”, esta “tinha vindo dos terreiros” (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 243).

Os autores afirmam que

A luta pela abolição da escravidão desenvolveu-se de diversas maneiras. Havia grupos com ações na tribuna parlamentar, nos jornais e nas conferências. Havia também grupos que defendiam uma ação direta, incentivando as fugas de cativos ou arrecadando dinheiro para alforrias. Mas de maneira geral o processo de abolição foi marcado pela moderação (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 243).

Em analogia aos ritmos africanos, o texto descreve a atuação dos diversos grupos envolvidos no processo de abolição, destacando a importância do papel dos escravizados que “sacudiram” as bases do sistema escravista.

[...] o ritmo dos berimbaus estava acelerado. E acelerava os movimentos dos corpos negros, que se envolviam em insurreições, organizavam quilombos e praticavam diversos tipos de resistência. O movimento dos brancos era marcado pela cadência das valsas mais lento e mais cuidadoso. Como um bailado em um rico salão. No entanto, o toque dos berimbaus e o rufar dos tambores eram ouvidos nesses salões. E estimulavam a aceleração dessas valsas (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 243).

Numa tentativa de conferir maior valorização e promoção da história e cultura afro-brasileira, o box “*Artes, letras e saberes negros*” (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 244) traz intelectuais negros do século XIX de diversos campos de atuação, figuras importantes para a construção de uma representatividade negra positiva. Dentre eles, podemos destacar os romancistas Cruz e Souza, Machado de Assis e Gonçalves Dias, o engenheiro Teodoro Fernandes Sampaio, os pintores Antônio Firmino Monteiro e Emmanuel Zamor.

Figura 8 – Artes, letras e saberes negros

Artes, letras e saberes negros

Carlos Gomes (1836-1896), Gonçalves Dias (1823-1864), Cruz e Souza (1861-1898), Machado de Assis (1839-1908), Dom Silvério Gomes Pimenta (1840-1920), Manuel Raimundo Querino (1851-1923), Antonio Rafael Pinto Bandeira (1863-1896), Antonio Firmino Monteiro (1855-1888), Teodoro Sampaio (1855-1937), Juliano Moreira (1873-1932), Francisco de Paula Brito (1809-1861), Emmanuel Zamor (1840-1917).

Músicos, compositores, poetas, jornalistas, romancistas, livreiros, arquitetos, médicos, advogados, engenheiros, pintores, teólogos, estadistas. Com educação formal e requintada ou tendo adquirido instrução por meio do autodidatismo. Com trajetórias de vida por vezes violentas, ou não. Vindos de diferentes regiões do território: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Maranhão.

Todos esses intelectuais do século XIX têm em comum a ascendência africana. Filhos, netos e bisnetos de escravizados, todos contribuíram para renovar a representação convencional construída do negro, ao longo dos séculos, quase sempre carregada de preconceitos. São exemplos de contribuição do negro para a produção do conhecimento, bem como vozes precursoras e de reconstrução de uma imagem positiva do negro e da negritude.

Cabeça de homem, Antonio Rafael Pinto Bandeira. Óleo sobre tela, 1891.

Antonio Rafael Pinto Bandeira (1863-1896) ingressou na Academia Imperial de Belas Artes aos 16 anos. Em 1887, mudou-se para Salvador onde trabalhou como professor no Liceu de Artes e Ofícios. Apesar de considerado um dos grandes nomes da pintura brasileira do século XIX, é pouco conhecido em nosso país.

Emblema Logotipo Poético (1, 2 e 3), Rubem Valentim. Acrílica sobre tela, 1974.

Rubem Valentim (1922-1991) é considerado um dos grandes pintores construtivistas brasileiros.



Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História: escola e democracia**. 8º ano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 244.

O livro destaca que

Todos esses intelectuais do século XIX têm em comum a ascendência africana. Filhos, netos e bisnetos de escravizados, todos contribuíram para renovar a representação convencional construída do negro, ao longo dos séculos, quase sempre carregada de preconceitos. São exemplos de contribuição do negro para a produção do conhecimento, bem como vozes precursoras e de reconstrução de uma imagem positiva do negro e da negritude (CAMPOS; CLARO, DOLHNIKOFF, 2018, p. 244).

Ao abordar o fim do tráfico negreiro decretado em 1850, o texto afirma que os cafeicultores do Oeste Paulista tiveram que procurar alternativas de substituição para a mão de obra africana escravizada, uma vez que a produção cafeeira, em constante expansão, demandava novos trabalhadores. Muitos cafeicultores apelaram para o tráfico interprovincial.

[...] A rápida e constante expansão das fazendas de café exigia o fornecimento sistemático de novos trabalhadores. Por isso os fazendeiros paulistas se mobilizaram para encontrar um substituto para o escravizado. Havia duas possibilidades: aproveitar os trabalhadores livres pobres (incluindo os escravizados libertos) ou trazer **mão** de obra de outros países. Acabou prevalecendo a última alternativa (CAMPOS; CLARO, DOLHNIKOFF, 2018, p. 247).

Para a elite, a presença massiva de negros e mestiços constituíam um entrave para o projeto de nação “branca” e “civilizada”. Somente imigrantes europeus eram admitidos pois estes seriam capazes de “embranquecer” a população brasileira. Os autores destacam que a partir de 1870 essa ideia de embranquecimento da população ganhou força no Brasil, pois tinha respaldo nas correntes de pensamento da época.

Ao discutir o branqueamento da nação, o texto não faz um contraponto com a atualidade e nem promove um debate mais profundo sobre essas correntes de pensamento e o conceito de raça.

Para pensadores brasileiros, como Silvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues, o fato de a maioria da população brasileira ser composta de mestiços era um problema à luz das teorias racistas europeias, para as quais a mestiçagem significava necessariamente degeneração. Romero defendia o branqueamento da população. Para ele, cabia ao governo estimular a imigração europeia para o Brasil de modo a garantir o predomínio dos brancos e o progressivo desaparecimento de negros e mestiços (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 250).

Conforme podemos observar na citação acima, o texto não estabelece essa relação passado/presente e nem instiga o aluno a tal reflexão, o que poderia ser interessante na medida em que os reflexos deste pensamento ainda ressoam no presente. Entendemos que o livro didático nem sempre pode dar conta de trabalhar todos os conteúdos, cabe ao professor pensar estratégias que complementem as suas “ausências” e “limitações”.

Outro aspecto importante mencionado diz respeito à Guerra do Paraguai e a participação dos escravizados. O texto destaca que os escravizados que atuaram na guerra colocariam em xeque a própria escravidão. Podemos observar uma tentativa de conferir maior agência a esses sujeitos no processo histórico da qual fazem parte.

A escravidão tornava-se um problema também porque a guerra mobilizara todo o contingente militar para lutar no *front*, o que deixava o país internamente desprotegido, no caso de eventuais rebeliões escravas. Assim, o confronto com o Paraguai tornava mais visível algumas das contradições do sistema escravista (CAMPOS; CLARO, DOLHKINOFF, 2018, p. 255).

Além das imagens clássicas presentes na maioria dos materiais didáticos como fotografias, litografias e pinturas de Jean-Baptiste Debret, Johann Moritz Rugendas, Marc Ferrez, entre outros, ao longo do capítulo podemos observar imagens de personalidades negras de diferentes tempos históricos, algumas da atualidade. Dentre elas, podemos citar Machado de Assis, Carolina de Jesus, Lélia Gonzalez, André Rebouças, Ruth Souza, Conceição Evaristo,

Antônio Rafael Pinto Bandeira, Heitor dos Prazeres, Djamilia Ribeiro, Milton Santos, Emanuel Araújo, Abdias do Nascimento.¹⁴

Figura 9 – Machado de Assis, c. 1890p. 238. Figura 10 – Conceição Evaristo p. 243



Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História**: escola e democracia. 8º ano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018.

¹⁴ Ao longo do capítulo, são apresentadas breves biografias de algumas personalidades negras de diferentes tempos históricos até a atualidade. Dentre as personalidades negras do séculos XIX, temos as figuras de Machado de Assis (1839-1908), poeta, romancista, jornalista, dramaturgo, primeiro Presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL); André Rebouças (1839-1898), filho de uma negra livre, formou-se engenheiro na Escola Militar do Rio de Janeiro, dedicou-se ao jornalismo engajando-se ativamente na luta abolicionista e Antônio Rafael Pinto Bandeira (1863-1896) ingressou na Academia Imperial de Belas Artes aos 16 anos, apesar de ser considerado um dos grandes nomes da pintura brasileira, ainda é pouco conhecido. Algumas personalidades contemporâneas como a atriz Ruth Souza (1921-) e Abdias do Nascimento (1914-2011) fundadores do Teatro Experimental do Negro, este último é considerado uma das maiores lideranças políticas afro-brasileiras, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. A antropóloga e pesquisadora Lélia Gonzalez (1935-1994), que dedicou-se às pesquisas sobre relações de gênero e etnia, uma das fundadoras do MNU, do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), do Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e do Olodum. O pintor, músico e compositor Heitor dos Prazeres (1898-1916) representava em suas pinturas cenas do cotidiano afro-brasileiro. Milton Santos (1921-2001), um dos maiores geógrafos brasileiros premiado internacionalmente por suas pesquisas e livros. O historiador Emanuel Araújo (1942-), autor de diversas obras e diretor do Museu Afro Brasil, considerado uma das maiores expressões intelectuais afro-brasileiras na atualidade. Também são apresentadas as escritoras: Carolina de Jesus (1914-1977), moradora da favela do Canindé em São Paulo, seu livro "Quarto de despejo: diário de uma favelada" publicado em 1990 foi traduzido em 13 idiomas, vendido em mais de 40 países com mais de 100 mil exemplares em sua 3ª edição; a poetisa e romancista Conceição Evaristo (1946-) vencedora do Prêmio Jabuti de Literatura em 2015 e a filósofa e ativista Djamilia Ribeiro (1980-) uma das vozes mais combativas contra o racismo na atualidade com reconhecimento internacional.

Figura 11 – Ruth de Souza p. 241:



Figura 12 – Abdias do Nascimento p. 250:



Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História: escola e democracia**. 8º ano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018.

A princípio, as imagens são apresentadas sem qualquer contextualização, não encontramos menção a estas no texto principal. Todas possuem legenda com uma breve biografia sobre os respectivos campos de atuação dessas personalidades e a contribuição para representatividade negra. Mais adiante, na seção “*Quebra-cabeça*” (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2018, p. 267), encontramos uma atividade que propõe a realização de uma exposição cultural a partir das pesquisas feitas pelos alunos sobre estas personalidades negras apresentadas ao longo do capítulo. Além de um levantamento biográfico aprofundado, o exercício sugere um debate sobre representatividade e cultura negra.

Ainda no mesmo *box*, encontramos outra atividade que propõe uma pesquisa na *internet* para a construção de *tags* a partir das seguintes palavras-chave: Machado de Assis, Teodoro

Sampaio, Cruz e Souza, Emmanuel Zamor, Gonçalves Dias, Francisco de Paula, Carlos Gomes e Antônio Firmino.

Figura 13 – Atividade Quebra-Cabeça do Capítulo 12

QUEBRA-CABEÇA

- Releia o quadro complementar "O jogo da esgrima" (p. 257). Agora responda o que se pede.
 - Identifique os espaços onde a esgrima era praticada no Brasil.
 - Comente o fato de que a prática da esgrima se proliferou à medida que ocorre o fortalecimento do Exército brasileiro.
- Faça uma exposição cultural com a produção de artistas, escritores e intelectuais negros brasileiros.
 - Pesquise no capítulo nomes e informações sobre representantes da cultura negra.
 - Organize uma lista com esses nomes e classifique-os por área de atuação.
 - Pesquise suas biografias e selecione as suas principais obras.
 - Elabore um texto de apresentação e pequenos textos para cada obra selecionada.
 - Organize uma mesa de debates sobre a cultura negra e a cultura produzida por negros no Brasil.
- Compare a Lei de Terras de 1850 ao Homestead Act implementado nos Estados Unidos em 1862. Para isso, retome os conteúdos do capítulo 10.
- Elabore uma linha do tempo com os seguintes elementos: Guerra Grande; Abolição da escravidão; Guerra do Paraguai; Proclamação da República.
- Defina cada um dos conceitos abaixo e organize um pequeno dicionário conceitual em seu caderno:
 - Bill Aberdeen
 - cometas
 - caifazes
 - tráfico interprovincial
 - Lei de Terras
 - imigração europeia
 - sistema de parceria
 - revolta dos muckers
 - escravos da nação
- Vamos construir nossos tags. Siga as instruções do Pesquisando na internet na seção **Passo a passo** (p. 7) utilizando as palavras-chave abaixo:

Machado de Assis
Cruz e Souza
Gonçalves Dias
Carlos Gomes
Teodoro Sampaio
Emmanuel Zamor
Francisco de Paula
Antonio Firmino

Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Míriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História: escola e democracia**. 8º ano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 264.

O quadro "Leitura Complementar" traz um trecho da obra *Primeiras trovas burlescas & escritos em prosa* de Luíz Gama que aborda a participação de africanos escravizados na Guerra do Paraguai e como estes homens arriscaram a própria vida pela nação em troca da liberdade.

Sim! Milhões de homens livres, nascidos como feras ou como anjos, nas fúlgidas areias da África, roubados, escravizados, [açoitados], arrastados neste país clássico da sagrada liberdade, assassinados impunemente, sem direitos, sem família, sem pátria, sem religião, vendidos como bestas, espoliados em seu trabalho, transformados em máquinas, condenados à luta de todas as horas e todos os dias, todos os momentos, em proveito de especuladores cínicos, de ladrões impudicos, de salteadores sem nome, que tudo isso sofreram e sofrem, em face de uma sociedade opulente, do mais sábio dos monarcas, à luz divina da santa religião católica, apostólica, romana, diante do mais generoso e mais interessado dos povos, que recebiam uma carabina envolvida em uma carta de alforria, com a obrigação de se fazerem matar à fome, à sede e à bala nos esteiros paraguaios e que nos leitos dos hospitais morriam, voltando os olhos ao território brasileiro, os que, nos campos de batalha, caíam, saudando risinhos o glorioso pavilhão da terra de seus filhos, estas vítimas que, com seu sangue, com seu trabalho, com sua jactura, com sua própria miséria constituíram a grandeza desta nação, jamais encontraram quem, dirigindo um movimento espontâneo, desinteressado, supremo, lhes quebrassem os grilhões do cativeiro!... (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2018, p. 264)

Na seção “Tréplica” (CAMPOS; CLARO; DOLHKINOFF, 2018, p. 266), encontramos indicações de filmes, livros e *sites* para pesquisa. A obra apresenta o filme Cafundó (2005) como sugestão, longa estrelado por Lázaro Ramos relata a história de João de Camargo, um tropeiro ex-escravizado. O material instiga o aluno à pesquisa em outros meios como livros, filmes, mídias digitais. Este aspecto é interessante pois sugere que o material didático não deve ser a única fonte de pesquisa e informação.

Figura 14 – Atividades do Capítulo 12

TRÉPLICA

<p>Filme</p> <p>Cafundó Brasil, 2005. Direção de Clóvis Bueno e Paulo Betti. Conta a história de um tropeiro, ex-escravo, deslumbrado com o mundo em transformação e desesperado para viver nele.</p>	<p>Livro</p> <p>A ordem é o progresso. O Brasil de 1870 a 1910 NEVES, Margarida de Souza. São Paulo: Atual, 2004.</p>	<p>Site</p> <p>(Acesso em: 25 ago. 2018) <http://goo.gl/yRBryM> Na seção de galerias digitais do site da Biblioteca Nacional há interessantes fontes visuais da Guerra do Paraguai.</p>
---	---	---

266 CAPÍTULO 12 | O Segundo Reinado e a proclamação da República

Fonte: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: **História: escola e democracia**. 8ºano. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018. p. 266.

O ensino de História tem como compromisso formar indivíduos críticos, participativos e conscientes da realidade social em que vivem, sendo capazes de atuar na sua transformação. O livro didático por ser ferramenta-chave no contexto escolar, mobilizado por alunos e professores, pode contribuir efetivamente para a construção de uma história mais significativa e plural. A obra analisada cumpre bem esse papel ao propor trabalhar a temática da abolição e do pós-abolição apresentando novas abordagens e narrativas, o que amplia os debates concernentes à participação da população negra na luta pelo fim da escravidão. As atividades propostas apresentam abordagens metodológicas variadas, o que constitui um ponto bastante positivo da obra. A obra não estabelece uma ponte com o tempo-presente mais sistemática e não promove uma discussão mais aprofundada sobre temas atuais como racismo, herança direta do período histórico analisado, mas apresenta passagens interessantes para se discutir representatividade e identidade negras.

PROPOSTA PEDAGÓGICA: SEGUIMOS RESISTINDO! A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO CONTEXTO DA ABOLIÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS: MODOS PARA SE PENSAR O PROTAGONISMO NEGRO

A escola desempenha um papel fundamental na formação dos sujeitos. Segundo Nilma Lino Gomes (2002), a escola não é apenas um espaço formador de saberes escolares, mas também, sociais e culturais, o que pode contribuir para a construção e reafirmação de valores identitários.

Neste sentido, é importante compreendermos como os sujeitos constroem a noção de identidade não só a nível individual como também coletivo, uma vez que existe uma relação direta que permeia a subjetividade e o processo de “tornar-se” e “reconhecer-se” negro. A representação dos negros no livro didático e no próprio cotidiano escolar podem contribuir positivamente no combate ao racismo e à discriminação racial e no fortalecimento de uma identidade negra a partir da elaboração de estratégias pedagógicas alternativas.

Com base nas novas orientações curriculares e atendendo ao disposto na lei 10.639/2003, elaboramos a seguinte proposta pedagógica “Seguimos resistindo! A representatividade negra no contexto da abolição até os dias atuais: modos para se pensar o protagonismo negro”, no qual buscamos abordar a luta da população negra em prol da abolição da escravidão e refletir sobre a representatividade negra até os dias atuais, numa tentativa de “construir” uma identidade negra positiva. O plano de aula da referida proposta explicitando problematização, metodologia, avaliação e referências encontra-se registrado no Apêndice A.

Esta intervenção pedagógica foi pensada para as turmas do 8º ano do Ensino Fundamental, a escolha por esta série escolar considerou o fato de que o tema da abolição faz parte do conteúdo programático desta etapa da Educação Básica, podendo ser aplicada na forma de projeto, oficina ou como atividade complementar. Esta proposta se relaciona com as seguintes habilidades e competências da BNCC para o componente curricular História dos anos finais do Ensino Fundamental: identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Segundo Reinado; formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas; identificar e relacionar os aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas; discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades do Brasil do século XIX.

Procuramos elaborar uma proposta pedagógica partindo da necessidade de se estabelecer um paralelo passado/presente para que os educandos tenham um olhar crítico sobre

o período estudado e a atual conjuntura identificando permanências e rupturas. Preferencialmente, a atividade proposta deve ser realizada após trabalhar os conteúdos do capítulo específico, o que não impede que o professor que adote outro tipo de material didático possa utilizá-la, desde que se articule os temas da abolição e do pós-emancipação com os dilemas do presente.

Inicialmente, propomos uma apresentação e contextualização do tema, para isso trabalharemos com a capa do jornal Gazeta de Notícias datada de 14 de maio de 1888 que traz a descrição da Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel.

Ressaltamos a importância de se trabalhar com fontes múltiplas e variadas. Segundo Bittencourt,

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador na compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade em sentido que lhe conferimos enquanto *registro do passado*. Nessa condição, convém os alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais diversos e encontram-se por toda parte: em livros, revistas, quadro, música, filmes e fotografias (BITTENCOURT, 2008, p. 331).

Depois de realizada a leitura do documento, propomos aos alunos as seguintes reflexões: “Em vista da capa do jornal, a assinatura da Lei Áurea é resultado de um processo de lutas que envolveu a população negra? Quem são as figuras priorizadas no discurso jornalístico? Qual foi o papel desempenhado pelos escravizados e recém-libertos na luta pela abolição? O processo que culminou com a abolição se deu de forma pacífica? Quais as formas de resistência utilizadas pelos cativos na luta em prol da liberdade? É possível afirmar que existem mazelas no presente que ainda são resultado desse período histórico?”

A partir desses questionamentos, sugerimos o trabalho com biografias de personalidades históricas negras do período da abolição até a atualidade, presentes nas páginas do capítulo analisado. Os alunos deverão ser divididos em grupos, cada grupo escolherá duas personalidades negras (uma, presente no capítulo do livro e a outra, ficará a critério do grupo). Os grupos deverão realizar uma pesquisa na *internet* sobre as personalidades escolhidas e coletar informações como: nome completo, biografia, campos de atuação, contexto histórico, curiosidades, contribuições para a comunidade negra, entre outros. Posteriormente, os grupos ficarão encarregados de montar um mural com as informações coletadas para expor os trabalhos para a comunidade escolar.

Entendemos que o trabalho com narrativas biográficas negras pode contribuir para a construção de saberes significativos ao oferecer novas abordagens e possibilidades. Ao propormos uma atividade com biografias de personalidades negras do passado e do presente, procuramos fazer com que os alunos construam uma imagem negra positiva que possam contribuir no combate ao racismo e à discriminação racial, problemas estruturantes presentes na sociedade brasileira, herança histórica dos tempos da escravidão. Daí a importância de se ressaltar a contribuição da comunidade negra para a formação da sociedade brasileira ressaltando nossos laços identitários africanos construídos durante a diáspora.

Em contrapartida, a escola, enquanto espaço de formação, deve trabalhar conteúdos que promovam a valorização desses sujeitos e conferir-lhes um local de fala. Destacamos a importância de se trabalhar a história e cultura africana e afro-brasileira sob um viés positivo no contexto escolar. Assim, devemos debater questões como representatividade e protagonismo

negro em sala de aula, através de um trabalho de resgate e valorização da história da população negra, enfatizando de maneira positiva a contribuição da história e cultura africana e afro-brasileira na construção da nossa sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático desempenha um papel fundamental não apenas na transmissão de saberes escolares, mas também no processo de construção de uma identidade negra positiva. Neste sentido, a representação do negro e da história afro-brasileira no material didático, além de possibilitar estratégias pedagógicas alternativas para a construção e o fortalecimento de uma identidade negra, pode contribuir significativamente no combate ao racismo e à discriminação racial e a promoção de uma educação antirracista.

A investigação realizada no material didático selecionado aponta uma tentativa de superação do lugar subalternizado conferido aos negros e à História Afro-brasileira ao tratar temas como a abolição e o pós-abolição. Nos textos e atividades presentes na obra podemos observar maior visibilidade ao protagonismo negro nas lutas que culminaram no fim da escravidão. Apesar do material apresentar interpretações que se pautam em questões política e econômica, verificamos alguns aspectos culturais que contribuem significativamente para uma representatividade negra positiva. De modo geral, a obra traz aspectos relevantes para se pensar o processo da abolição e da história afro-brasileira ao destacar a participação dos escravizados como sujeitos históricos agentes e relatar as suas experiências.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/01.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. ISBN 978-85-249-1069-2.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 23 out. 2020.
- _____. Decreto 9.999, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 137, p. 7-8, 19 jul. 2017.
- _____. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004.
- _____. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 28 set. 2020.
- CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. In: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História: escola e democracia**. 8º ano. São Paulo: Moderna, 2018. p. 234 – 266.
- CAPA do jornal Gazeta de Notícias, 14 de maio de 1888. **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=103730_02&pasta=ano%20188&pesq=. Acesso em: 28 nov. 2020.
- CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.8, n.16, p. 83-105, mar./ago., 1988.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- FERREIRA, Higor Figueira. Em tintas negras: educação, ensino e a trajetória de Pretextato dos Passos e Silva na Corte Imperial -- novas evidências. **Revista ABPN**, São Paulo, v. 10, p. 26-42, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. **Revista Brasileira de Educação**. [Rio de Janeiro], n.21, p. 40-51, 2002. ISSN 1809-449X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300004>. Acesso em: 28 nov. 2020.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 367-400.

PEREIRA, Amílcar Araújo. O movimento negro brasileiro e a lei 10.639/2003: da criação aos desafios para implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 13-30, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3452>. Acesso em: 04 set. 2020.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n8/2237-101X-topoi-5-08-00170.pdf>. Acessado em: 28 ago. 2020.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**, volume II: 1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 297-337.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. O tema do pós-abolição em salas de aula de história do Brasil: notas introdutórias. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.5, n.1, p. 41-49, out., 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/download/2591/1904>. Acesso em: 02 out. 2020.

APÊNDICE A – PROPOSTA PEDAGÓGICA

Plano de Aula

Disciplina: História

Nível de ensino: Ensino Fundamental

Ano/Série: 8º

Duração: 4 tempos de 50 minutos

Tema: Seguimos resistindo! A representatividade negra no contexto da abolição até os dias atuais: modos para se pensar o protagonismo negro.

Problema:

“Em vista da capa do jornal, a assinatura da Lei Áurea é resultado de um processo de lutas que envolveu a população negra? Quem são as figuras priorizadas no discurso jornalístico? Qual foi o papel desempenhado pelos escravizados e recém-libertos na luta pela abolição? O processo que culminou com a abolição se deu de forma pacífica? Quais as formas de resistência utilizadas pelos cativos na luta em prol da liberdade? É possível afirmar que existem mazelas no presente que ainda são resultado desse período histórico?”

Objetivo Geral:

Abordar o longo processo da abolição da escravatura no Brasil, enfatizando o protagonismo e a representatividade negros na luta emancipacionista traçando um paralelo com a atualidade a partir do trabalho com biografias de personalidades negras.

Objetivos Específicos:

- Destacar alguns aspectos da escravidão no Brasil;
- Propor uma reflexão sobre a abolição e o protagonismo negro na luta emancipacionista;
- Refletir sobre a representatividade negra e sua contribuição para a formação da sociedade brasileira no período da abolição até a atualidade;
- Reconhecer a importância da história e cultura afro-brasileira.

Habilidades e competências da BNCC para o componente curricular História dos Anos Finais do Ensino Fundamental:

- Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Segundo Reinado;
- Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas;
- Identificar e relacionar os aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas;
- Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades do Brasil do século XIX.

Conceitos/Noções:

abolição – protagonismo negro – representatividade negra – história e cultura africana e afro-brasileira – identidade negra

Conteúdos:**Factuais**

- Segundo Reinado
- Escravidão
- Movimento abolicionista
- Luta e resistência
- Abolição da escravidão
- Período Pós-Abolição

Conceituais:

- História e Cultura Africana e Afro-brasileira
- Identidade
- Protagonismo negro
- Representatividade

Atitudinais:

- Promover uma postura antirracista;
- Defender a diversidade socio-cultural brasileira;
- Incentivar atividades que valorizem a história e cultura afro-brasileira.

Procedimentos e Estratégias:

- 1) Apresentação e contextualização do tema;
- 2) Como provocação inicial, trabalhar com os alunos a capa do jornal Gazeta de Notícias de 1888 que traz uma descrição da lei aprovada pela Princesa Isabel que aboliu a escravidão no Brasil;
- 3) Discutir sobre a trajetória dos africanos e afrodescendentes no Brasil e refletir sobre representatividade e protagonismo negro na sociedade.
- 4) A partir dos debates suscitados em sala, propor aos alunos que façam uma pesquisa na *internet* sobre personalidades negras para confecção de murais que serão expostos para a comunidade escolar.

Recursos Didáticos:

Biografias – imagens – murais.

Avaliação:

A avaliação será processual mediante a participação dos alunos e as possíveis reflexões debatidas em sala com base nas temáticas apresentadas. A partir da atividade proposta, os alunos deverão reconhecer a importância da cultura e história afro-brasileira como mecanismo de construção e fortalecimento de uma identidade negra.

Referências Bibliográficas:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. ISBN 978-85-249-1069-2.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura

Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 05 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004.

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. Segundo Reinado e Proclamação da República. *In*: CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História: escola e democracia**. 8º ano. São Paulo: Moderna, 2018. p. 234 – 266.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. **Revista Brasileira de Educação**. [Rio de Janeiro], n.21, p. 40-51, 2002. ISSN 1809-449X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300004>. Acesso em: 28 nov. 2020.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n8/2237-101X-topoi-5-08-00170.pdf>. Acessado em: 28 ago. 2020.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. O tema do pós-abolição em salas de aula de história do Brasil: notas introdutórias. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.5, n.1, p. 41-49, out., 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/download/2591/1904>. Acesso em: 02 out. 2020.